

Oralidade, escrita e literatura

Havelock e os gregos

Jacyntho Lins Brandão

Professor da Universidade Federal de Minas Gerais

Eric A. HAVELOCK, *A revolução da escrita na Grécia e suas conseqüências culturais*, trad. Ordep José Serra, São Paulo, Editora da Unesp; Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1996.

Sempre me pergunto o que seria da bossa-nova sem o microfone, um pressuposto tecnológico indispensável para a existência de cantores como João Gilberto, em que a qualidade musical independe da potência vocal – cantores que demonstram sua maestria justamente enquanto exploram um estilo intencionalmente *murmurante*. Se não existisse o microfone, quem sabe a bossa-nova também não existiria ou, pelo menos, não seria a mesma nem teria a mesma difusão (e talvez não fosse exagero admitir que ela nasce em grande parte da própria exploração dos recursos modernos de amplificação e registro do som, o que acontece também com outros gêneros, como o rock'n roll, ao explorar, em sentido contrário, não os limites do muito baixo, mas do muito alto). Isso não tem, em princípio, nada de absurdo. A História registra, através dos séculos, o impacto de novas tecnologias sobre as formas de expressão cultural da humanidade, uma experiência que vivemos hoje de um modo especialmente intenso, quando se desenvolve e se afirma como um bem de consumo essencial toda uma avançada tecnologia de comunicação. Talvez por isso sejamos mais sensíveis que as gerações passadas para perceber as imbricações necessárias entre técnicas e artes – ou, se quisermos dizer de um outro modo: mais capazes de recuperar o sentido daquilo que os gregos denominavam simplesmente *tékhne*.

O livro de Eric A. Havelock, *A revolução da escrita na Grécia e suas conseqüências cultu-*

rais, agora publicado no Brasil na cuidada tradução de Ordep José Serra, pretende justamente ressaltar o impacto da invenção do alfabeto sobre as mais diversas formas de expressão cultural, enfocando-o como “uma peça de tecnologia explosiva, revolucionária por seus efeitos na cultura humana, de uma maneira que nada tem de exatamente comum com qualquer outra invenção” (p. 14). Trata-se de uma coletânea de estudos publicados pelo autor entre 1966 e 1980, em que se destacam os três capítulos que compunham originalmente o livro intitulado *Origins of Western literacy*,¹ o qual vem provocando, desde seu aparecimento, um intenso debate. Alguns dos outros artigos consideram, inclusive, os argumentos levantados pela crítica contra as teses expostas no ensaio de 1976, o que faz com que a leitura de *A revolução da escrita na Grécia* possa proporcionar também ao leitor o acompanhamento de como, paulatinamente, o próprio Havelock, de um certo modo, radicaliza suas teorias e amplia as conseqüências que delas tira.

Pode-se dizer que Havelock é um dos herdeiros da surpreendente descoberta de Milman Parry, o qual demonstrou as marcas de oralidade guardadas pelos poemas homéricos. Essa constatação abriu um amplo leque de interações dos estudos clássicos com várias áreas da antropologia e da linguística modernas, que redundou em formas novas de abordar a literatura grega antiga da perspectiva dos modos de produção oral e chamou a atenção dos estudiosos em geral para aquilo que, no fundo, se apresentava até então como um aparente contra-senso: a possibilidade de existência de formas *orais* de *literatura*. Ainda está por fazer-se a história de como a filologia clássica, sobretudo nos últimos cem anos, impulsionou o desenvolvimento de novas metodo-

logias voltadas para o estudo de diversos fenômenos culturais: basta lembrar que Saussure formou-se e produziu seus primeiros estudos no campo da gramática comparada (basicamente, gramática comparada das línguas clássicas), ou que os primeiros estruturalistas debruçaram-se minuciosamente sobre as mitologias clássicas, testando métodos renovados de abordagem, compreensão e interpretação. Nesse contexto, a produção de Havelock tem a peculiaridade de utilizar, além da contribuição antropológica, também as modernas teorias de comunicação. Seus primeiros trabalhos, como observa com procedência Trajano Vieira, são contemporâneos dos primeiros estudos de McLuhan – o que não se deve a mero acaso.

A organização de *A revolução da escrita na Grécia* sugere a distinção de pelo menos três partes. A primeira delas abrange os três capítulos iniciais (“O som da fala e o signo escrito”, “Os silabários pré-gregos” e “O alfabeto grego”). Nesses, especificamente, Havelock esclarece as bases teóricas que utiliza, o que poderia ser resumido no seguinte: a) o alfabeto, como qualquer outro artefato tecnológico, foi *inventado*; b) embora houvesse outras formas de escrita anteriores, a invenção do alfabeto aconteceu na Grécia, em algum momento do século VII a.C.; c) só se pode considerar que existe propriamente uma escrita alfabética quando se faz a distinção – aparentemente simples mas, de fato, abstrata e complexa – entre a representação gráfica de fonemas vocálicos e consonantais, a partir dos quais se compõem as sílabas de uma língua determinada (ora, essa distinção registra-se, pela primeira vez na história humana, apenas quando surge o alfabeto grego e não em algum dos outros sistemas de escrita que o precederam); d) um sistema assim concebido teve conseqüências culturais de grande porte, por

1 Cf. E. A. HAVELOCK, *Origins of Western literacy*, Toronto, The Ontario Institute for Studies in Education, 1976.

dotar a cultura de um método extremamente simples e facilmente assimilável de registro da língua oral, acessível não só a uma casta de escribas, mas também ao cidadão comum; e) essa facilidade de comunicação e de registro, paulatinamente, vai provocando o aparecimento de documentos reflexivos (contra a tendência descritivo-narrativa predominante no âmbito da oralidade), modifica a própria sintaxe do grego e faz surgir o que Havelock denomina, reconhecendo sua novidade, como discurso *conceitual*.

A segunda parte da obra é constituída pela série de artigos que se estendem do quinto ao nono capítulos (“A transcrição do código de uma cultura não-letrada”, “A natureza e o conteúdo do código”, “A antiga arte da poesia oral”, “A transcrição alfabética de Homero” e “Os gregos antes da escrita”). Neles o autor especula sobre as características da cultura pré-alfabética na Grécia e sobre a passagem dos poemas de Homero do oral para o escrito. Tem especial interesse “Os gregos antes da escrita”, pois neste capítulo Havelock passa em revista seus pressupostos, examinando em seguida, detalhadamente, alguns dos primeiros documentos escritos no alfabeto grego que possuímos. Ainda que seja relativamente longo, vale a pena resumir passo a passo o resumo do próprio autor: a) a invenção do alfabeto acontece na Grécia, como um acontecimento absolutamente novo e único, que permitirá o surgimento de “duas formas gêmeas de conhecimento: a literatura, no sentido pós-grego; e a ciência, também no sentido pós-grego” (p. 188); b) a “cultura clássica dos gregos” já existia antes da invenção do alfabeto, permanecendo predominantemente oral ainda vários séculos após sua invenção (p. 188); c) o que define uma cultura é o “armazenamento de informações para reutilização”, tanto através da escrita, quanto por recursos orais (p. 189); d) numa cultura pré-letrada, como era

a grega em suas origens, o mecanismo de estocagem de informações era o registro “de enunciados impressos nas memórias dos cérebros individuais de gregos vivos”, o que se torna possível desde que esses enunciados se disponham em forma metrificada, “pois só a linguagem regida pelo ritmo pode ser repetida como algo que se assemelhe à invariabilidade garantida na documentação”, não se prestando a linguagem prosaica para a veiculação de “enunciados que exigem preservação” (p. 189); e) a antiga poesia é, portanto, “uma invenção de antiguidade imemorial, destinada ao propósito funcional de prover um registro contínuo em culturas orais”, a partir de “técnicas mnemônicas características de uma cultura oral” (p. 189); f) no âmbito da oralidade, a transmissão é um ato socialmente compartilhado e, como tal, indispensável para que os enunciados exerçam de fato sua função de preservação do estoque da cultura (p. 190); g) o alfabeto foi utilizado, em primeira instância, para “transcrever o que antes tinha sido composto segundo as regras orais de memorização”, o que faz com que a “grande literatura grega clássica deva ser vista como composta em uma condição de tensão crescente entre as modalidades oral e escrita da linguagem” (p. 190); h) a iniciação sistemática na leitura, através da escola, não se dá antes do século V, em Atenas, o que explica como, mesmo após a invenção do alfabeto, a cultura grega continue, pelo menos até a morte de Eurípides, dominada pela oralidade (p. 190); i) não fazendo o domínio da escrita parte da educação formal das classes altas, deve-se admitir que “os inventores e, por muito tempo, os únicos usuários habituais do alfabeto, foram artífices e comerciantes”, cujos filhos aprenderiam a usar as letras nas próprias oficinas de trabalho (p. 191).

Finalmente, a terceira parte engloba três capítulos (“Hesíodo pensador”, “Os pré-socráticos e a cultura pré-letrada” e “A composição oral do drama grego”), em que

se estudam algumas das mudanças “literárias” provocadas pela invenção do alfabeto, ressaltando-se, de um lado, a dívida dos “escritores” abordados para com a tradição oral, ao mesmo tempo em que, por outro lado, se apontam os reordenamentos que o aparecimento de um pensamento *conceitual* provoca na língua e no estilo dos novos autores. O último capítulo (“As conseqüências do alfabeto”), que fechava o livro de 1976, reitera a perspectiva das conseqüências culturais da revolução da escrita no mundo grego.

O livro de Havelock é, sem dúvida, uma obra de referência indispensável para classicistas, estudiosos de literatura, historiadores, antropólogos, educadores e cientistas sociais. Se eu pudesse defini-lo num termo, diria que é antes de tudo instigante. O próprio estilo em que é escrito transporta as considerações para o seio de polêmicas candentes, seja com relação à cultura em geral, seja com relação a algumas das manifestações gregas mais peculiares. Certos pontos de vista defendidos com ardor na obra já são felizmente, hoje, aceitos em geral pelos estudiosos, incluindo a eliminação de preconceitos com relação às culturas não-letradas, o reconhecimento das marcas de oralidade presentes em toda a literatura grega arcaica, de Homero aos trágicos, ou a importância que têm nos poemas homéricos os recursos mnemônicos e a transmissão do patrimônio cultural. Outras posições, entretanto, não são consensuais – nem seria de esperar que o fossem. Apenas a título de exemplo, percorri algumas das que me parecem mais relevantes, na intenção de debater algumas idéias concernentes ao fenômeno literário.

Admito que, idealmente, a invenção do alfabeto foi levada a cabo na Grécia e que o passo definitivo para a constituição do sistema, da forma como o utilizamos até hoje, se encontra no estabelecimento de signos para representarem sistematicamente as

vogais (diferentemente de nos antecedentes semíticos, em que valores vocálicos eram representados apenas em algumas situações, como no caso das chamadas *matres lectionis* do alfabeto hebraico). As vantagens de um sistema que, aparentemente, permite a transcrição da fala viva, capturando a língua com as mãos, para que seja decodificada com os olhos, representa, sim, um avanço considerável com relação ao percurso antes conhecido pelos gregos, que ia da boca ao ouvido (como as palavras aladas que profere os heróis de Homero). Marcel Detienne observou em *A invenção da mitologia* que, mais que a oralidade, seria a *auralidade* o aspecto mais distintivo das culturas ágrafas, na medida em que, num sistema de comunicação, o ponto de chegada do discurso é um dado indispensável e, talvez, mais relevante, pois, sem ele, a produção perde seu sentido e se frustra o processo comunicativo. Pois bem, dessa perspectiva, mais que como a passagem da boca para a mão, com relação à produção do discurso, poderíamos definir a revolução provocada pela expansão da escrita no mundo ocidental, a partir da Grécia, como uma passagem da audição para a visão, como a descoberta de uma espécie de *língua silenciosa* (em princípio um contra-senso) acessível a um receptor não imediatamente identificável pelo produtor do discurso, cuja competência em grande parte se realiza também como *leitura silenciosa* (outro aparente contra-senso com que nossas crianças são familiarizadas desde os primeiros anos escolares).

É difícil concordar, entretanto, que o alfabeto, do modo como criado na Grécia e como continuamos a utilizá-lo, venha a ser a única espécie de acabamento possível em termos de sistemas de escrita, o que faria dele o supra-sumo das criações humanas nessa esfera (posição defendida também por outros estudiosos anteriores a Havelock, como Ignace J. Gelb, embora de forma

menos apaixonada).² Muito menos concordaria com algumas conclusões que Havelock tira desse pressuposto, como admitir que “cabe aplicar o adjetivo ‘letrado’ apenas àquelas culturas que usaram ou adaptaram o invento grego”, na medida em que ele permite uma experiência de leitura democrática e socializada (p. 97). A questão está, portanto, menos na consideração dos meios do que na possibilidade de assimilação e acesso a um sistema de escrita em princípio mais simples que os demais. O próprio Havelock demonstra, através de dados bastante convincentes, como a difusão da capacidade de escrever e ler só acontece através de longos séculos desde a invenção do alfabeto, levando à criação de uma cultura propriamente letrada, na Grécia, apenas a partir do período helenístico (datação que eu, no mínimo, retardaria para os primeiros séculos de nossa era). Ora, é quase impossível definir qual o nível de alfabetização da população na Antiguidade, sendo temerário admitir, em qualquer época, algo como uma *democratização* ou *popularização* do alfabeto. Essa mesma dificuldade percorre toda a história da supostamente única cultura letrada, isto é, a ocidental, da Idade Média até os dias de hoje, levando antes à constatação de que o acesso à leitura e à escrita se encontra *sempre* intimamente relacionado com outros fatores sociais, que determinam em que medida pessoas de diferentes estratos têm acesso aos bens culturais. Acho difícil admitir que nossa cultura, que utiliza o próprio alfabeto dos gregos ou alguma de suas adaptações, seja mais letrada, por exemplo, que a cultura árabe, muito menos que isso se devesse a falhas do sistema de escrita de outras culturas. Registre-se que a questão tem recebido abordagens mais adequada-

mente pluralistas – podendo-se consultar, por exemplo, o livro de Jean Bottéro e outros, *Cultura, pensamento e escrita*.³

O segundo pressuposto no mínimo polêmico diz respeito à capacidade que tem a escrita alfabética de capturar qualquer língua viva sob a forma escrita. Isso seria válido em termos gerais, mas apenas de modo abstrato, retirando-se portanto a escrita do contexto dos bens culturais em que ela necessariamente se inscreve. O alfabeto, como qualquer outro sistema gráfico, não pode ser confundido com um método rigorosamente fidedigno de registro fonético, como seria, por exemplo, o alfabeto fonético internacional que os lingüistas utilizam em nossa época com enorme proveito para suas pesquisas – mas com proveito apenas para essa casta de iniciados, o que faz dele, em parte, um instrumento artificial. Isso porque qualquer sistema de escrita só funciona com base em aproximações, apelando sempre para a memória do ouvinte, que terá de relacionar uma forma escrita a uma forma verbal (ou, se quisermos, antes uma forma vista com uma forma ouvida). Assim, não há como concluir que, por alguma característica intrínseca, qualquer sistema seja superior a qualquer outro, embora os níveis de complexidade possam variar. No caso do alfabeto grego, a invenção das vogais constitui, idealmente, um nível de simplificação muito grande, cujo traço principal estaria não na grafia das vogais em si, mas na representação das consoantes, um tipo de fonema que, isolado, não se ouve e todavia se escreve. Cabe desse modo perguntar em que medida esse ideal é atingido na tensão entre fala e escrita – podendo nós estarmos certos de uma coisa: em nenhum momento estaríamos diante de algo semelhante a uma

transcrição fonética do grego antigo, até porque os registros orais no tempo e no espaço seriam naturalmente variados e o leitor sempre estaria realizando um exercício de reconhecimento, embora, diante de um termo novo, pudesse eventualmente soletrar, apenas para, em seguida, reconhecer a proximidade do som com algum termo de seu próprio falar. Em termos históricos e sociológicos, acredito que o alfabeto hebraico, por exemplo, demonstrou através dos tempos um grau de eficácia tão grande e tão notável quanto o grego. No fundo, trata-se simplesmente do seguinte: qualquer sistema de escrita que reproduzisse exatamente a língua falada estaria sujeito a uma tal flutuação no tempo e no espaço que comprometeria justamente sua função social, baseada num elevado grau de convenção.

Mais longe ainda vão as conseqüências que Havelock tira dessa separação radical entre o alfabeto e os outros “sistemas imperfeitos”, no que respeita às diferentes literaturas antigas por eles preservadas. De um lado, pondera que “as escritas silábicas tenderiam a produzir paráfrases dos originais orais, em vez de reproduzi-los tais como eram; e até mesmo a simplificar-lhes, de algum modo, a sintaxe e o vocabulário. Uma breve mirada às assim chamadas ‘literaturas’ preservadas em hieróglifo, cuneiforme ou fenício há de confirmar que de fato existem essas características de conteúdo para as quais procurei explicação nas dificuldades técnicas criadas pelos sistemas de escrita empregados” (p. 93). De outra parte, continua, “entrar no mundo do que chamamos de literatura grega, de Homero em diante, equivale a encontrar uma dimensão maior de experiência humana, um bocado mais ampla,

diversificada, pessoal, crítica, sutil, dotada de humor, apaixonada, irônica e refletida” (p. 94), o que leva o autor a perguntar: “não será verdade que a riqueza de conteúdo comparativamente maior dos textos gregos se deve, correspondentemente, aos superiores recursos técnicos da grafia grega?” (p. 95). Como se vê, uma hipótese difícil de se comprovar e aceitar.

Antes de mais nada porque seria difícil justificar que a literatura grega revelasse uma *riqueza de conteúdo* maior que a de outras literaturas. Provavelmente, em termos comparativos, Havelock quer contrapor o *colorido* do modo de narrativa homérico com a concisão dos modos de narrativa sobretudo semíticos (ele cita, por exemplo, num dos contrapontos, o poema de Gilgamesh). Isso seria revelador de nada mais que da existência de diferentes estilos narrativos no mundo antigo, na linha do exposto por Auerbach no primeiro capítulo de *Mimesis*, a propósito da poesia homérica e da Bíblia.⁴ Essas diferenças estilísticas das literaturas semíticas diante da literatura grega não podem definitivamente ser entendidas como *pobreza de conteúdo*, o que apenas indicaria uma perspectiva etnicamente centrada da nossa parte. Trata-se apenas de diferenças – e, mais ainda, de diferentes estilos de discurso narrativo ou, se quisermos, de diferentes *poéticas*. Se quiséssemos ampliar nosso campo de comparação, em termos geográficos e temporais, encontraríamos uma outra enorme riqueza de diferenças (e não qualquer tipo de *pobreza de conteúdo*) na literatura chinesa, japonesa, coreana, indiana, etc., para o que poderia ser um bom guia a obra recente, erudita e bem documentada de Earl Miner, *Poética comparada*.⁵

2 Cf. I. J. GELB, *A study of writing*, Chicago, 1952.

3 J. BOTTÉRO et al., *Cultura, pensamento e escrita*, trad. Rosa Maria Boaventura e Valter Lellis Siqueira, São Paulo, Ática, 1990.

4 Cf. E. AUERBACH, “A cicatriz de Ulisses”, *Mimesis: a representação da realidade na literatura ocidental*, trad. George Bernard Sperber, São Paulo, Perspectiva, 1971, p. 1-20.

5 E. MINER, *Poética comparada: um ensaio intercultural sobre teorias da literatura*, trad. Ângela Gasperini, Brasília, UnB, 1996.

Abstraindo todavia a carga de preconceito ocidental que uma afirmativa desse teor guarda, cumpriria examinar se as diferenças entre a literatura grega e as outras literaturas se deveriam ao nível de perfeição ou imperfeição dos sistemas gráficos através dos quais foram preservadas. Passamos a lidar assim com um outro problema mais difícil ainda. Havelock considera que a vantagem fornecida pelo alfabeto à literatura grega seria a possibilidade de transcrever fielmente a produção oral, sem empobrecê-la diante das restrições impostas pelos outros sistemas gráficos. Afirma ele literalmente que, “por sua superioridade fonética, o alfabeto supriu um instrumento em que, pela primeira vez, todas as complexidades da tradição oral puderam ser adequadamente reveladas, pois em tese qualquer som lingüístico podia já ser reconhecido de modo automático em sua transcrição. Os sistemas de escrita anteriores legaram uma versão amortecida do que se passou nas culturas pré-homéricas” (p. 98). Eu perguntaria simplesmente: como comprovar isso se não podemos conhecer, senão através da documentação escrita, as diversas tradições orais, sejam as gregas, sejam as demais? Por que os poemas homéricos seriam o paradigma da preservação sob a forma escrita da verdadeira tradição oral, enquanto outros textos de outras tradições implicariam a priori perda? O mais razoável não seria supor que há tradições orais diferentes, assim como há literaturas diferentes, línguas diferentes, culturas diferentes e – naturalmente – sistemas de escrita diferentes? Note-se bem: não nego que o sistema de escrita interfira na produção de uma literatura (poemas “concretos”, por exemplo, são conhecidos desde a época helenística, assim como alguns tipos de poesia chinesa usariam uma espécie de métrica gráfica – portanto, visual), mas é inadmissível que o problema seja considerado em termos de superioridade de uma literatura sobre a outra e,

menos ainda, que isso se explique a partir da superioridade de um sistema gráfico sobre o outro.

Assim chegamos ao último ponto que desejaria comentar. Admitindo que o alfabeto seja um meio assim eficaz para registrar a tradição oral, Havelock considera os poemas homéricos mera *transcrição* do código da cultura, reduzindo o discurso poetizado a “um esquema inventado para produzir o que cabe chamar, paradoxalmente, de documentação oral de uma cultura não-letrada” (p. 110), algo que se nos apresenta hoje como poesia mas não passa de “um disfarce de uma outra coisa”. Essa outra coisa seria um “didatismo indireto ou disfarçado” voltado para a “estocagem de informação cultural para reutilização” (p. 123), o que faria da poesia homérica uma sorte de “entretimento didático” (p. 132). O autor justifica sua posição apelando para a autoridade de escritores antigos (Xenófanes, Heráclito, Heródoto, Aristófanos e Platão), que reiteram a função educativa de Homero. Ora, também com relação a isso é preciso ter bastante cautela. Antes de tudo porque o texto literário, qualquer que seja, se presta a usos diversos, na qualidade de um bem cultural que circula livremente entre os usuários como qualquer outro. Assim, é natural que o texto literário – escrito ou oral – fale daquilo que é importante para a cultura em que se inscreve e à qual se destina. Todos os exemplos citados por Havelock para justificar sua tese de que a função preponderante dos poemas homéricos seria a “estocagem de informação para reutilização” (como nas páginas 128-9) me parecem débeis, por uma razão muito simples: se Homero não estivesse falando do mundo grego, incluindo dados relativos à religião, aos costumes, aos valores, etc. – falaria de quê? Dos marçianos? Não vejo sentido em separar a função estética do texto da função informativa ou em supor que a primeira seja apenas disfarce para a segunda. Eu, pessoalmente, entendo que o

problema deva ser considerado de modo diferente – e, nessa esfera, somos obrigados a lidar com nada mais que com entendimentos diferentes, já que se trata de pressupostos teóricos: o que me parece que há de singular em Homero é justamente a não redução do texto a uma função meramente informativa ou formativa, havendo nele alguma coisa a mais, o que entendo como uma função predominantemente estética. Grande parte da diferença entre os estilos de Homero e de vários livros da Bíblia judaica, por exemplo, creio que se deva a isso: na literatura judaica antiga, prevaleceria a função informativo-formativa, ainda que se lançasse mão de recursos poéticos; nos poemas homéricos, essa relação se inverteria, prevalecendo a função estética – e poderiam ser arrolados exemplos antigos relativos à recepção de Homero como poeta em alguns dos próprios autores citados por Havelock, como Platão e Aristófanos. Seja como for, a prova mais cabal dessa recepção está justamente nas poéticas gregas que, no limite, refletem sobre a recepção da epopéia homérica.

Talvez Havelock tome como referência uma concepção de literatura excessivamente beletrística, como se o texto literário (oral ou escrito) não pudesse ter outras funções. Tanto é distorcido fazer uma leitura simplesmente etnológica de Homero, quanto seria fazer uma leitura dele apenas do ponto de vista de cânones poéticos. Mas não se pode perder de vista que a epopéia homérica, mais que qualquer outro texto de nossa cultura, é um objeto estético que cumpre, justamente por isso, diversas funções sociais, muito simplesmente porque a função estética, nos mais diferentes campos de manifestações, é uma dentre as muitas funções que se espera de um bem cultural. Para citar apenas um exemplo possivelmente contem-

porâneo da composição da *Ilíada* e da *Odisséia*, a decoração geométrica da cerâmica grega arcaica tem indubitavelmente uma função estética, que não se opõe mas está naturalmente em conexão com a função utilitária do objeto em que se inscreve e, mais ainda, quando avança pela esfera do figurativo, se aproxima consideravelmente de um tipo de *escrita* que, mesmo se nos parece hoje opaco, deveria ser decodificável por um recebedor contemporâneo. De modo equivalente, na literatura, como em qualquer outra arte, a função comunicativa e os efeitos propriamente estéticos não se separam, mas é no estético que se encontra o que há nela de próprio diante de outras modalidades de discurso. Com isso, quero dizer que é negável a função de preservação da memória cultural dos poemas homéricos, mas é equivocado pensar que eles pudessem ser algo comparável a um registro etnológico. Reduzir, portanto, seus recursos poéticos, como a forma metrificada, a um requisito subserviente da função mnemônica seria desqualificar seu próprio caráter. Num certo sentido, inclusive, penso que o que há de mais próprio entre os gregos é um certo descuido na lide com a tradição, uma despreocupação e um desrespeito para com a preservação fidedigna, mesmo em esferas tão vitais quanto a da religião – algo que se opõe, por exemplo, à postura judaica, em que a preocupação com a preservação do texto sagrado impõe-se desde muito cedo, ao contrário da enorme flutuação e inexactidão textual que se constata na tradição grega, como observa Ken Morrison.⁶ Esse descuido é que poderia ter permitido que, historicamente, os ensinamentos homéricos pudessem ser ultrapassados – na linha do que fazem os primeiros filósofos, os poetas líricos, Platão, os trágicos, etc. – sem que Homero deixasse de ser

6 Cf. K. MORRISON, “Estabelecendo o texto”, in J. BOTTÉRO et al., *Cultura, pensamento e escrita*, op. cit.

admirado, citado, aprendido, ensinado em vista de suas qualidades poéticas.

Não me parece assim que o que encontramos nos primeiros textos gregos seja a transcrição de uma tradição oral, mas genuínos processos de criação. Isso é que justificaria a variedade de gêneros e tradições existentes. A antiga epopéia, a poesia hesiódica, a lírica arcaica seriam nada menos que gêneros diferentes, cujas raízes igualmente se perdem em eras imemoriais. Existe já, portanto, quando surge o alfabeto, todo um complexo sistema de *literatura oral* na Grécia que, a partir do processo de composição escrita, passaria necessariamente por uma nova e revolucionária fase de elaboração em que as marcas da escrita só podem ser relevantes, ainda que não tenhamos os meios de averiguar o quanto introduzem de diferença em face da tradição pré-alfabética, por não termos absolutamente nenhum registro desta. Pensar, portanto, que nos poemas homéricos temos um registro fiel da tradição oral é tão fantasioso quanto, na direção oposta, pretender que através das escritas silábicas temos acesso apenas a paráfrases simplificadas dos “originais orais” (p. 93). Se é que existem *originais orais* identificáveis (o que parece ser difícil de acontecer numa forma de produção coletivizada, em que cada *performance* do aedo tenderia a ser um processo renovado de criação), o exemplar escrito deve ser abordado também como original, não como mera transcrição ou paráfrase ou seja lá o que for. Não consigo imaginar que uma arquitetura narrativa tão bem elaborada como a da *Odisséia* pudesse ser mera transcrição de episódios esparsos. Ela sem dúvida parte do mar de histórias que o patrimônio cultural herdado põe à disposição do poeta. Mas o esforço de composição é algo que ultrapassa a mera transcrição, ainda que o poema não tenha sido escrito de uma só vez por um único escritor, mas se deva a muitas mãos.

Provavelmente caberia reconhecer, mesmo numa cultura pré-alfabética, a especificidade do discurso *literário*, cuja marca estaria numa sorte de deslocamento da função utilitária da linguagem, visando a realçar sua função estética, a partir do que todas as combinações seriam possíveis, desde o divertir para ensinar, até a arte pela arte. Assim, não haveria gênero nem forma mais ou menos próprios para *estocagem de informação*, o que nos forçaria a problematizar a tese de que a narrativa e o verso se justificariam por isso. Hesíodo e os líricos exibem para nós discursos não-narrativos que, como o da epopéia, procedem muito provavelmente de tradições orais muito antigas. Por sua vez, a obra de Heródoto comprova como a tradição oral pode perfeitamente ser preservada através da prosa, o que se constataria a contento em outras *literaturas* – mesmo entre aquelas ainda hoje ágrafas. As escolhas, tradicionalmente efetuadas e transmitidas sob a categoria de gêneros de discurso (e, dentre estes, também de gêneros poéticos), só se tornam compreensíveis se consideramos tratem-se de objetos estéticos que compõem, ao lado de outros objetos, o patrimônio das manifestações de uma dada cultura. Reduzir o conceito de literatura à forma escrita ou a algumas de suas concepções modernas (ou ocidentais) seria perder de vista a universalidade de um fenômeno que, como a linguagem, parece ser próprio do homem e, como tudo que é universalmente humano, apresenta-se marcado de diferenças capazes de garantir a identidade cultural dos grupos que o produzem e consomem.

Para os estudos da literatura em geral o que o livro de Havelock tem de mais importante é introduzir a inquietação onde sempre tem pairado a tentação do culto do clássico como a obra perfeitamente acabada e irretocável. Ele tem a arguta percepção de que mesmo um poeta do quilate de Homero se move no dia-a-dia do que é comum aos homens e, por mais genial que

seja, não se trata de um gênio isolado. Sem dúvida porque debate com uma certa tradição filológica profundamente arraigada – e excessivamente beletística – Havelock seja levado a radicalizar suas posições no sentido inverso. Seu grande trunfo, entretanto, é perceber e perseguir com incisividade os sinais da grande crise que a invenção e a

difusão do alfabeto provocaram no mundo grego, com impacto em todas as esferas culturais, incluindo a literatura. Como no caso da bossa-nova sem o microfone, é razoável concluir que Homero não existiria sem o alfabeto. Ou, pelo menos, não seria o mesmo, o que equivaleria, de qualquer modo, a não ser o *nosso* Homero.